

Oficina AFRO-PORT de Metodologias Qualitativas em Pesquisa Social

DIÁLOGOS DE CAMPO

Pesquisas de Campo Participativas em Debate

PROGRAMA

08/09 – TERÇA-FEIRA

10:00 – ABERTURA: APRESENTAÇÃO GERAL

10:30 – “O campo e a teoria no debate sobre metodologias qualitativas participativas” –

IOLANDA ÉVORA, PhD Psicologia Social, Coordenadora do Projeto AFRO-PORT –

Afrodescendência em Portugal

11:15 – DEBATE

11:45 – INTERVALO

APRESENTAÇÃO DE PESQUISAS

Sessão I “Investigação-ação em territórios periféricos: dinâmicas participativas”

12:00 – FERNANDA CURTI – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

12:20 – HENRIQUE CHAVES – Investigador Independente

12:40 – ÉDIO MARTINS – ISEG, Doutorado em Estudos de Desenvolvimento

13:00 – DEBATE (Comentários: Ana Rita Alves, Investigadora Projeto AFRO-PORT)

13:30 – ALMOÇO

Sessão II “Subjetividades e relações de poder em contextos de pesquisa”

14:30 – PAOLA PRANDINI – Escola de Comunicações e Artes – USP

14:50 – ANDRÉ CASTRO SOARES – ISCTE/IUL

15:10 – ANA RITA ALVES – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

15:30 – DEBATE (Comentários: Iolanda Évora, Coordenadora Projeto AFRO-PORT)

16:00 – INTERVALO

Sessão III “O giro decolonial: militância e deslocamentos participativos”

16:15 – MARISA GASPARI – SOCIUS/CSG-ISEG Universidade de Lisboa

16:35 – MI MEDRADO – Universidade da Califórnia, Los Angeles - UCLA

16:55 – DEBATE (Comentários: Simone Amorim, Investigadora Projeto AFRO-PORT)

17:30 – AVALIAÇÃO & ENCERRAMENTO

Oficina AFRO-PORT de Metodologias Qualitativas em Pesquisa Social

DIÁLOGOS DE CAMPO

Pesquisas de Campo Participativas em Debate

PROGRAMA

09/09 – QUARTA-FEIRA

10:00 – ABERTURA: APRESENTAÇÃO GERAL

10:30 – “O campo e a teoria no debate sobre metodologias qualitativas participativas” –
IOLANDA ÉVORA, PhD Psicologia Social, Coordenadora do Projeto AFRO-PORT –
Afrodescendência em Portugal

11:15 – DEBATE

11:45 – INTERVALO

APRESENTAÇÃO DE PESQUISAS

Sessão I “Neutralidade e Naturalizações nas abordagens qualitativas”

12:00 – ROSENI PINHEIRO – IMS – Instituto de Medicina Social, UERJ

12:20 – MAX RUBEN RAMOS - CRIA, FCSH Universidade Nova de Lisboa

12:40 – SHENIA KARLSSON – Inst Sup de Ciências Sociais e Políticas, ULisboa

13:00 – DEBATE (Comentários: Iolanda Évora, Coordenadora Projeto AFRO-PORT)

13:30 – ALMOÇO

Sessão II “Desvios Criativos: outras práticas e procedimentos em pesquisa social”

14:30 – INÊS VIEIRA – CICS NOVA FCSH

14:50 – MÁIRA ZENUN – Nêga Filmes, Universidade Federal de Goiás

15:20 – LUIZ ADRIANO DAMINELLO – Universidade Federal do Pará, U Minho

15:40 – DEBATE (Comentários: Simone Amorim, Investigadora Projeto AFRO-PORT)

16:00 – INTERVALO

Sessão III “Comunidades, subalternidades e a construção do conhecimento em pesquisa qualitativa”

16:15 – DORA REBELO – CRIA, ISCTE-IUL

16:35 – SINHO BAESSA DE PINA – Associação Cavalheiros de São Brás

16:55 – DEBATE (Comentários: Ana Rita Alves, Investigadora Projeto AFRO-PORT)

17:30 – AVALIAÇÃO & ENCERRAMENTO

RESUMOS

FERNANDA ARAUJO CURI

Em setembro de 2019 iniciei a minha colaboração com o projeto europeu URBiNAT. Em suma, o URBiNAT é um projeto de regeneração e integração de áreas de habitação social com intervenções no espaço público para co-criar com os cidadãos novas relações urbanas, sociais e baseadas na natureza dentro e entre diferentes bairros. O projeto é financiado pelo programa de pesquisa e inovação Horizonte 2020 da União Europeia e consiste em um consórcio mundial de parceiros acadêmicos e comerciais em 7 cidades europeias (Porto, Nantes e Sofia como ‘pioneiras’; Siena, Nova Gorica, Bruxelas e Høje-Taastrup como ‘seguidoras’), que atuarão como laboratórios vivos para implementar soluções de corredores saudáveis. O Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra é a instituição que coordena o projeto URBiNAT. Após três primeiros meses entre Coimbra e Porto, mudei-me em dezembro de 2019 para a área de estudo piloto do projeto, a freguesia de Campanhã, na cidade do Porto.

Muitas vezes referida como o ‘lado errado’ do Porto, Campanhã está do lado oposto ao que seria então, o ‘lado certo’, lado onde o rio Douro se encontra com o mar, e para onde foram destinados todos os investimentos feitos na cidade nos últimos anos. Campanhã, uma zona que ainda permanece muito rural e autêntica, concentra a maior área verde e grande parte dos bairros sociais da cidade, fragmentados por um sistema de estradas, pontes, viadutos e avenidas. Poderíamos dizer que Campanhã está nos últimos momentos de uma era pré-gentrificação.

A premissa, e o grande desafio de um projeto como o URBiNAT, a meu ver, é promover oportunidades para tornar esse processo menos vertical, predatório e exclusivo; e aproximar a universidade e o poder público na co-criação desta parte da cidade junto com as pessoas dali. Desde novembro do ano passado, realizamos uma série de oficinas, encontros e percursos pela freguesia com cidadãos de todas as idades. Assim, junto aos participantes, foi possível diagnosticar e desenhar ideias e propostas para melhorar o espaço público de Campanhã. São ideias que se articulam ao corredor saudável do URBiNAT, na obra física ou no âmbito imaterial. Encontros de maior proximidade, individuais ou em pequenos grupos, possibilitaram uma escuta mais generosa, e uma troca mais profunda, essencial em processos de co-criação.

A vivência na freguesia permitiu assimilar uma realidade que muitas vezes não é percebida nos estudos e análises distanciados e mais quantitativos. Estar próximo e disponível é muito importante. A continuidade do processo, igualmente fundamental, foi infelizmente quebrada pela pandemia, que distanciou o que estava a se aproximar. Ainda assim, todo esse processo fez emergir excelentes ideias que deram origem a um novo catálogo de soluções baseadas na natureza, propostas pelos cidadãos, para Campanhã - e que no momento estão sendo apresentadas e debatidas entre técnicos, vereadores e

cidadãos. Uma destas propostas vinha de encontro a ferramenta de “mapeamento cultural” do URBiNAT e a integração do proponente como dinamizador local foi oportuna e necessária.

O músico e dançarino, fundador da Associação OUPA, Ricardo Lopes, possui os requisitos necessários para coordenar as atividades de mapeamento cultural em Campanhã: nasceu e vive na freguesia, é jovem, dinâmico e propositivo. Possui uma rede de contatos e experiências culturais, artísticas e sociais prévias, com o envolvimento de diferentes associações e comunidades dos bairros do Cerco, Falcão e Lagarteiro. Assim, desde o início de junho 2020 o dinamizador local vem recebendo formação e apoio da equipe URBiNAT para o desenvolvimento de uma plataforma cultural, nomeada Campanh’up. A plataforma de investigação, preservação, comunicação e ação, pretende “elevar Campanhã” e tornar visível o (re)conhecimento dos cidadãos através da partilha de narrativas, identidades, histórias e práticas locais, que trazem significados aos seus lugares. A plataforma cultural será desenvolvida on e off line, funcionando como um laboratório vivo de ideias e ações que permitem conhecer e questionar a realidade que nos rodeia; e a observar os espaços e lugares que podemos ocupar e (re)significar. Fazer isso na escala local é uma forma humana de identificar e valorizar vozes e vivências, individuais e coletivas. No campo da proximidade e da informalidade podemos comunicar de forma muito mais clara, e criar senso comum. E agora, com um desafio a mais: proximidade com distanciamento físico. Deste modo, são mesmo fundamentais os mapeamentos, inventários e imaginários das cidades que queremos viver; para podermos descobrir novos consensos, compromissos e valores da sociedade que queremos ser.

Nestes tempos pandêmicos e pouco democráticos, com tudo sendo ressignificado – o espaço público, a dimensão virtual, e toda a nossa vida – há algumas questões relacionadas a essas plataformas e mapeamentos que estamos tentando responder, e que seria interessante debater na oficina “Diálogos de campo: Pesquisas de campo participativas em Debate”. De fato, tornou-se ainda mais urgente, e necessário, a promoção de espaços para ampliar a discussão e possibilitar novas dinâmicas nos processos de co-criação das cidades.

A ideia é que a plataforma promova diversas ações presenciais, e principalmente, agora, por uso dos meios digitais. Perante um certo envelhecimento e enfraquecimento de algumas organizações e associações locais, será o mapeamento cultural, e esta plataforma, uma forma válida de voltar a alcançar os tais compromissos, consensos e valores? Nesta era pandémica e neste contexto economicamente enfraquecido, isso será oportuno ou poderá afastar ainda mais as pessoas dessas dinâmicas? Se no âmbito de projetos como o URBiNAT, essas plataformas culturais originam-se da necessidade de construir padrões de interações mais inclusivos e horizontais, em um ambiente atraente para a participação, como criar condições e apostar neste tipo ferramenta e seu potencial transformador, assegurando que a plataforma possa seguir um caminho mais livre, criativo e desimpedido, sem estar constantemente condicionado a longas aprovações

institucionais e burocracias desnecessárias? Como diminuir o abismo, que ainda persiste, entre conceitos, teorias e metodologias e a experiência real no campo?

Fernanda Araujo Curi é arquiteta urbanista e museóloga, Mestre em Museologia pela Reinwardt Academie [Amsterdam, 2009, bolsa NUFFIC]; Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo [FAU-USP, 2018]. Doutoranda convidada junto ao Centre de recherches sur le Brésil colonial et contemporain de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales [EHESS, Paris, 2017, bolsa CAPES PDSE]. Entre 2011 e 2018 atuou como pesquisadora no Arquivo Histórico Wanda Svevo da Fundação Bienal de São Paulo. Pesquisadora de Pós-Doutorado na Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia/MG [FAUeD-UFU, 2018-2019, bolsa CAPES PNPd]. Pesquisadora de Pós-Doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, associada ao projeto H2020 URBiNAT [CES-UC, 2019-2020, bolsa CES].

HENRIQUE CHAVES

Este tópico de discussão é resultado de uma reflexão a partir do meu envolvimento directo na criação da Cicloficina Crescente em 2018 – Marvila, enquadrado na associação Rés do Chão onde desenvolvi actividades de investigação e extensão. O trabalho desenvolvido pela Rés do Chão parte de um ponto de vista integrado, da necessidade de conhecer o lugar onde se pretende intervir antes de realizar alguma intervenção. Foi neste sentido que participei nos projectos que esta associação estava a começar a desenvolver em Marvila. O desenho do trabalho de investigação da Rés do Chão sobre o território marvilense foi focado nos pisos térreos e no espaço público. Os métodos e técnicas utilizados foram distintos e complementares, nomeadamente contemplando inquérito por questionário, entrevistas, recolha documental, recolha de imprensa, recolha de material censitário, observação de usos e comportamentos no espaço público, mapeamento do mobiliário urbano e das lojas existentes, etnografia e participação da associação nas redes locais, como o Grupo Comunitário 4 Crescente. O objetivo geral é perceber qual a perceção das pessoas sobre os pisos térreos não habitacionais e o espaço público, bem como quais os desejos dos residentes para o território. Estes métodos também permitem caracterizar o território, seja o tecido comercial e associativo, como também a contextualização sociodemográfica e caracterização do mobiliário urbano e dos pisos térreos não habitacionais. Os resultados desta investigação permitiram que a associação construísse ferramentas para um trabalho de ativação do espaço público e pisos térreos de forma mais consciente dos desafios do território. No fim desta recolha a associação pretendeu devolver às pessoas o resultado do seu trabalho. Para tal, selecionou uma série de resultados da investigação e criou um folheto ilustrativo a partir destes resultados que foi distribuído pelos bairros. Para além disso, realizou uma apresentação pública do seu trabalho ao Grupo Comunitário 4 Crescente (GC4C), fórum local dos bairros Marquês de Abrantes, Quinta da Chalé, Alfinetes e Salgadas, onde participam moradores e diversas entidades, desde associações locais, departamentos da Câmara Municipal de Lisboa, Junta de Freguesia de Marvila, entidades como a Santa Casa

da Misericórdia de Lisboa e a Gebalis. Tanto o folheto como a apresentação pública tinham como objetivo convidar as pessoas a participarem nas atividades que a associação iria dinamizar. O envolvimento da Rés do Chão neste grupo foi importante para se ter um maior contacto com o território e maximizar as atividades da associação, sendo que o contributo da associação também foi importante na maximização da atuação do GC4C. O sucesso de algumas atividades dá-se sobretudo pelo trabalho colaborativo e participativo, onde se destaca o envolvimento de várias entidades e moradores na sua conceção, estruturação, dinamização e tomando parte do projeto. A Cicloficina Crescente – Marvila é um projeto demonstrativo da importância do trabalho colaborativo e participativo. As cicloficinas são projetos comunitários e voluntários de assistência a ciclistas, onde se procura, além de consertar as bicicletas, ensinar e aprender de forma coletiva. Em Portugal existe uma dezena de projetos desta tipologia. Em Marvila a cicloficina foi criada pela associação Rés do Chão e pelo Centro de Promoção Social Prodac (CPS P) – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), juntando-se posteriormente a Junta de Freguesia de Marvila e a associação local – Grupo Recreativo Janz e Associados. Inicialmente, este projeto tinha como principal público alvo as crianças dos bairros, com atividades de arranjo de bicicletas e passeios pela freguesia e cidade. Actualmente, a Cicloficina Crescente tem-se consolidado e procurado chegar a um público alvo alargado: a comunidade marvilense. Trata-se de um projeto que serve como estrutura para a discussão de outros problemas envolvendo bicicletas e cidade em Marvila e que tem sido basilar na defesa da criação de ciclovias na freguesia que pudessem melhorar o espaço público, ligar-se aos equipamentos marvilenses e potenciar a intermodalidade com conexões aos vários tipos de transportes públicos. Na Cicloficina Crescente há actividades semanais, nomeadamente sessão de concertos e passeios de bicicleta. Nas sessões de concerto as crianças aprendem a reparar as suas bicicletas, ganham autonomia de trabalho, partilham os seus conhecimentos e entreadjudam-se. Nestas sessões procura-se não só trabalhar a relação com a bicicleta mas também as relações interpessoais entre as crianças. Em momentos de passeio trabalha-se a questão da segurança na via rodoviária e também a apropriação do espaço público. A lógica de organização desta cicloficina é colaborativa, discutida por todas as entidades envolvidas e trazendo o envolvimento de novas entidades e moradores. Procura-se desenvolver a democracia entre e com as crianças, potenciando a sua tomada de decisão em reuniões de preparação. Este projecto alicerça-se entre construir e viver a cidade, naquilo que Harvey, entre outros, defende como direito à cidade. Projectos como este, que se propõem tanto a viver como a transformar o território onde estão inseridos, apresentam contributos interessantes para o estudo das ciências sociais sobre a vida urbana. No âmbito do Grupo Comunitário 4 Crescente têm vindo a mobilizar-se entidades locais e moradores para a criação de ciclovias na freguesia, aliando-se a uma outra reivindicação dos moradores que é a construção de um jardim junto aos bairros onde vivem. Estas duas reivindicações deram origem ao projecto “Transformar Marvila com Jardim e Ciclovias”. Actualmente, este projecto do grupo comunitário tem vindo a tornar-se realidade com o envolvimento da autarquia lisboeta no seu processo. Este projecto promove a criação de laços e redes no território, sobretudo junto das crianças. Também constitui um espaço

que mobiliza coletivamente os moradores em prol das ciclovias. É uma cicloficina que para além do espaço de reparação das bicicletas demonstra a importância do uso de bicicleta na infância, tendo como maior desafio para o futuro que as crianças, que hoje brincam e passeiam, possam vir a utilizar a bicicleta de forma regular como meio de transporte diário. A investigação neste projecto, mais do que acompanhar as actividades que deste resultam, permite colaborar na sua organização e procurar alargar os seus resultados.

Henrique Chaves é Licenciado e Mestre em Sociologia pela NOVA FCSH. Desenvolvi actividade de investigação-acção na associação Rés do Chão e co-organizo o encontro anual Urban Audiovisual Festival pela associação Descalçada. Tenho realizado investigação a partir das questões do direito à cidade, mobilidade urbana, periferias, arte urbana com destaque para a procura de um trabalho académico aberto às questões da participação e envolvimento dos actores sociais.

ÉDIO MARTINS

O contributo das práticas de campo em pesquisa social, em educação - na sua dimensão territorial/local - com critérios de quantidade vs qualidade com a preocupação/objectivo de fomentar a densidade e robustez teórica da área.

Édio Martins é Geógrafo, especialista em Planeamento Regional e Local e Ordenamento do Território e há mais de trinta anos ligado ao ensino, com desempenhos nos Ensinos Secundário e Universitário nas áreas da Geografia, Sociologia/Economia e das Ciências da Educação. Experiência (10 anos) como dirigente na Avaliação, Estatística e Planeamento Estratégico do Sistema Educativo, no Departamento Central do Ministério da Educação português (DAPP; GIASE; GEPE). Grande experiência na concepção, implementação e monitorização/avaliação de Projecto de Desenvolvimento, tanto em Portugal como nos PALOP's e Timor Leste. Participação frequente em seminários e conferências sobre temas nos domínios de especialização: Planeamento Regional e Urbano, Ordenamento do Território, Planeamento Estratégico Avaliação de Programa e de Projectos Educação, Cooperação e Desenvolvimento. Coordenador do CEDRU (Centro de estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano). Mantém como actuais áreas de interesse de investigação: Planeamento e Desenvolvimento Regional e Local, Recursos Humanos e Território, Ensino e Formação Profissional, Autonomia, Administração e Gestão das Escolas, Avaliação Educativa, Concepção e Gestão de Projectos.

PAOLA PRANDINI

Crítica à branquitude X Engajamento panfletário: limites e possibilidades de atuação de uma pesquisadora branca antirracista em projetos e pesquisas com foco em equidade racial no Brasil. Resumo: Mais de uma vez, já recebi pareceres de publicações acadêmicas, como revistas digitais e impressas (magazines), informando que deveria apresentar um

discurso "menos panfletário", uma vez que me apresentava ali enquanto pesquisadora. Além disso, já foi também pressuposto que eu era uma pessoa não-branca, pela forma como expunha minhas ideias e pesquisa em um artigo em que escrevi sobre a presença da branquitude no filme "Praça Paris", dirigido por Lucia Murat, e que faz uma ponte entre Brasil e Portugal. Somente tendo uma noção do meu lugar de fala e de minha representatividade racial e acadêmica que pude elaborar devolutivas às bancas de pareceristas, informando o que, de fato, eu compreendo enquanto uma pesquisa acadêmica e, como, invariavelmente, não dissocio a ativista, a acadêmica, a educadora e a mulher branca cisgênera que há em mim. Mas até que ponto esse posicionamento gera entraves? Quais são os limites para tal? Quais são os contextos que impõem esses tipos de leituras? Essa será a minha proposta de diálogo que buscarei apresentar, a partir de minha participação, neste evento. Espero poder trocar informações, sensações, dúvidas, inquietudes e possíveis encaminhamentos em torno da questão ora apresentada.

Paola Prandini é educadora, escritora e ativista feminista e antirracista. Atualmente, é doutoranda em Ciências da Comunicação na ECA-USP. Co-fundadora e diretora da AfroeducAÇÃO.

ANDRÉ CASTRO SOARES

A partir da entrada no terreno de pesquisa sobre semba enquanto património cultura em Luanda, Angola, far-se-á uma reflexão sobre performances de branquitude em ambiente de pós colonialidade, vista aqui enquanto fenómeno e tempo político e no contexto de Luanda (Sardo 2010 p:56). Abordaremos as contribuições de de Granda Kilomba (2019), Gaitri Spivak (2010) e William Bissel (2005) e a forma como um investigador branco e eurodescendente se deve posicionar e questionar o terreno, já que a cor é parte do fenótipo, aquilo que se vê, mas é sobretudo uma atribuição social já que relaciona a cor da pele com a ideia de "raça" e "etnia". A relação com o meu companheiro angolano é também o pretexto para se entender como as identidades sexuais passam para segundo plano em relação às performances da branquitude e o seu lastro de poder hegemónico, que urge desconstruir e repensar (Hacking, 2005).

André Castro Soares tem seu percurso profissional pautado pelo lançamento e implementação de projectos editoriais na área da comunicação social, redes sociais e ativismo político e antropologia. No meu currículo tenho ainda experiência de vários países como a Alemanha, os países do Balcãs como a Macedónia do Norte onde vivi e trabalhei ao abrigo do programa europeu Serviço de Voluntariado Europeu. Em 2011 apresentei o filme "Pela Palavra", rodado em Struga a propósito do Festival Internacional de Poesia com o alto patrocínio da UNESCO - Struga Poetry Evenings. Passei pela direcção e coordenação da revista de Moda e Estilos de Vida DIVO MAGAZINE e fiz pesquisa, guião e entrevistas do documentário Bangaologia - a Ciência do Estilo (2016). No campo académico passei por várias universidades em Portugal e na Alemanha. No campo do ativismo co-fundei a Djass-

Associação de Afrodescendentes. Neste momento encontro-me a frequentar o programa Doutoral Políticas e Imagens da Cultura e Museologia no ISCTE-IUL, NOVA FCSH Universidade Nova de Lisboa com financiamento da FCT - PD/BD/137669/2018. Sou investigador do CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropolgia. O meu projeto de investigação intitula-se: "O semba enquanto património imaterial - políticas e imagens da cultura em Angola."

MARISA GASPAR

Gostaria de discutir e explorar as metodologias participativas aplicadas ao trabalho de campo etnográfico em contextos turísticos porque se tratarem de metodologias centrais no meu mais recente projeto de investigação proposto para financiamento. ENTURIS-LX - Encontros com o turismo em espaços públicos intervencionados na cidade de Lisboa: reflexividade, ação participativa e o entendimento do futuro pós-COVID19 Lisboa está na moda! É o slogan que se repete nos discursos de um poder político renovado, um pouco por todas as plataformas dos media e, de forma geral, no grosso da sociedade que depois de anos de austeridade e recessão económica, começa a recuperar a autoestima e o orgulho em ser português e lisboeta. O boom turístico e os avultados investimentos de capital estrangeiro no património imobiliário de cidades como Lisboa, revelaram ser soluções para a recuperação da economia e para a regeneração urbana dos bairros históricos que se encontravam, até então, degradados, pouco seguros e com uma população residente envelhecida e vulnerável. Este projeto propõe o estudo do encontro com o turismo nos espaços públicos onde as duas vertentes – turismo e reabilitação urbana – se intersetaram, influenciaram mutuamente e tiveram impacto nas dinâmicas sociais, culturais e económicas das comunidades locais e dos bairros de Lisboa. ENTURIS-LX procurará ser um promotor ativo do diálogo entre as partes interessadas, produzir conhecimento sobre os encontros com o turismo e, através da articulação da ciência e a prática, promover a sua visibilidade e aplicação. A pesquisa etnográfica do projeto consistirá na recolha e registo de dados empíricos através da observação participante, conversas informais e entrevistas semidiretivas a informantes-chave do universo de residentes, estruturas associativas e empresariais e instituições governativas que se relacionam com o turismo em cada um dos estudos de caso. As linhas indicativas para a pesquisa etnográfica são: apreender o ponto de vista e os discursos das comunidades locais relativamente ao turismo que emerge e se desenvolve com ritmos e intensidades diferentes em cada um daqueles lugares; perceber quais são/foram os impactos do turismo e as mudanças que este desencadeou no uso partilhado do espaço público e nas dinâmicas socioculturais e de poder; e averiguar o tipo de envolvimento e as limitações à participação das comunidades em assuntos e tomadas de decisão relacionados com o turismo. As etnografias privilegiarão ainda modelos de pesquisa reflexiva sobre a prática do investigador enquanto turista ou local; e de ação participativa por meio da organização de workshops com os membros das comunidades e os vários stakeholders, no sentido de promover o diálogo e colaboração entre as partes e aplicar os conhecimentos adquiridos na elaboração de recomendações para o melhor entendimento e planeamento do turismo no futuro.

Marisa C. Gaspar é doutorada em Antropologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). É investigadora de Pós-Doutoramento no grupo de investigação Globalização e Desenvolvimento do SOCIUS/CSG, unidade de I&D que acolhe o seu atual projeto “Comer e Poder: A Economia da Cultura em Macau”, financiado através de uma Bolsa de Investigação da FCT. Desde 2003 tem desenvolvido trabalho de campo etnográfico com as comunidades macaenses em Lisboa e em Macau. Os seus interesses de pesquisa são sobre turismo, património cultural, consumo, mudança social, etnografia e metodologias participativas. É a autora do livro “Heirs of the Bamboo: Identity & Ambivalence among the Eurasian Macanese”, publicado pela Berghahn Books em 2020.

ANA RITA ALVES

Quando os olhos vêem o que o coração não comporta, narrar a violência ou a perda é, no limite impossível. Há falta de palavras adequadas ou à possibilidade de análise do que é, na realidade, intangível, somam-se ainda constrangimentos éticos e epistemológicos. Enquanto estudante e militante branca antirracista não periferizada, a forma como conduzo as minhas pesquisas tem sido fonte de reflexão contínua. São algumas dessas indagações que procurarei trazer para a discussão a partir de um conjunto de leituras, mais ou menos recentes, sobre a forma e o impacto dos trabalhos académicos junto das pessoas que generosamente nos abrem a porta de suas casas e conosco partilham as suas experiências vividas e análises. Procurarei trazer para reflexão um conjunto de tensões entre academia e política (antirracista) no contexto da cidade anti-negra (Amparo Alves, 2015).

Ana Rita Alves concluiu a licenciatura em Antropologia (2008) e o mestrado em Migrações, Interetnicidades e Transnacionalismo (2013) com a dissertação “Para uma Compreensão da Segregação Residencial: o Plano Especial de Realojamento”, ambos pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Atualmente, encontra-se a terminar o doutoramento no Programa “Human Rights in Contemporary Societies” do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com a tese “Periphery as a Symptom in Contemporary Portugal”. Foi bolseira nos projetos de investigação “‘Raça’ e África em Portugal: um estudo sobre manuais escolares de História” (2010-2011), “Travessias do Atlântico - Materialidade, Movimentos Contemporâneos e Políticas de Pertença” (2014-2015). Recentemente foi investigadora colaboradora no Projeto “exPERts - Organizando o conhecimento do planeamento: política de habitação e o papel dos peritos no Programa Especial de Realojamento (PER)” (2017-2019) e investigadora júnior no Projeto “COMBAT - O combate ao racismo em Portugal: uma análise de políticas públicas e legislação anti-discriminação” (2016-2020). É membro-fundadora do “CHÃO - Atelier de Etnografia Urbana” que, em conjunto com a Associação e os/as moradores/as do Bairro da Jamaica, tem vindo a desenvolver uma cartografia social e aulas de alfabetização de adultos e português língua não materna. Integra a equipa do Projeto “Afrodescendência em Portugal: sociabilidades, representações e dinâmicas sociopolíticas e culturais. Um estudo na Área Metropolitana de Lisboa”.

MI MEDRADO

Como examinar a produção e circulação de bens materiais no capitalismo, tendo como prática metodológica o giro decolonial? Trago questões surgidas no cotidiano do campo - entrada, aproximação e convivência com informantes, visto que em muitos momentos denotei que a forma de tratamento e posicionalidade foi negociada e questionada, seja por ser mulher, jovem, atender ou não a estereótipos e/ou expectativas ao tema de uma pesquisa acadêmica que envolve mídia e moda. Diferente de pesquisadores que relatam empecilhos burocráticos em acessar comunidades secretas ou fechadas, tive a oportunidade de entrevistar muitos dos sujeitos que trabalham na produção, na troca e na circulação da tríade material figurino-roupa-moda tanto no Brasil como em Angola. Estive com figurinistas das telenovelas produzidas pela Rede Globo, visitei o estúdio da emissora no Rio de Janeiro. Encontrei executivos, designers e estilistas, e até mesmo estive com o diretor-executivo do programa de moda patrocinado pela Rede Record – Africa/ Igreja Universal em Angola, e com o filho do presidente José Eduardo dos Santos, em Los Angeles. Ainda em Luanda, fui ao casamento de uma fashion designer e apresentadora de TV, sem nunca tê-la visto antes! E por conta disso figurei na coluna social na revista de celebridades - Lux Angola. Importante notar que, Angola entrou no eixo da pesquisa de doutorado devido o meu interesse em estudar os fluxos internacionais da telenovela da Rede Globo por meio do figurino, e foi pesquisando a produção do figurino e seu desdobramento fora da narrativa ficcional que cheguei ao trânsito comercial de mercadorias e muambeiras angolanas em São Paulo e Rio de Janeiro. A problematização sociológica ganhou forma quando me deparei com a desigualdade e hierarquização dessa relação comercial e cultural entre os países, a qual de acordo com o comentário do professor Carlos Serrano, do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo, “angolanos, sobretudo os de nível social mais baixo, nutrem quase que uma idolatria pelo Brasil”. Entretanto, foi seguindo o noticiário online que passei a questionar o fluxo de mercadorias e a forma que se dava trocas culturais e comerciais contemporâneas entre os países. O jornal online G1 – Mundo noticiou (17.9. 2012) “Em Angola, Brasil testa papel de potência global”. O portal IG (2.4.2013) “Angola abriga 14% das franquias brasileiras que estão no exterior”, e conforme notícia no site (2.6.2016) da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, desde 2014, “Angola Fashion Week investe na profissionalização do mercado de moda no país”, mencionado que grupo angolano Emirais investia na “construção de um legado positivo para a indústria cultural de seu país,” contando com direção criativa de uma agência brasileira, e estilistas brasileiros, como Ronaldo Fraga que ao visitar Luanda proferiu “somente a arte, às vezes, a moda consegue enxergar poesia em terreno árido”. Foi pelo desconforto da reprodução de subalternidades que caminhei com o objeto da pesquisa, denotando analiticamente como o sistema de produção e circulação cultural do figurino da telenovela brasileira e seus regimes de valores transversaliza mercados e hierarquias entre profissionais da moda brasileira em Luanda. Ao passo que também desdobra em tríade material, cuja qual se revela como commodity cultural permeada pela

representação de uma feminilidade brasileira na esfera pública, dinâmica que manifesta racismo estrutural, que valoriza e legitima estéticas da branquitude. Desde então, tenho trabalhado com minúcia e atenção, cuidado em não reproduzir gramáticas subalternas e colonizadoras, mas reconhecer a ancestralidade cultural e comercial entre Brasil e Angola, refletir a urgência de se pensar e mobilizar epistemologicamente produções analíticas via eixo decolonial, giro este que só foi e é possível mediante ao deslocamento geográfico e participativo.

Mi Medrado é Antropóloga, doutoranda e pesquisadora que agrega experiência de pesquisa em campos da mídia, moda, política, saúde e ciências criminais. Cientista Social formada pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Brazil), possui especialização em Moda e Criatividade pela Faculdade Santa Marcelina, São Paulo. Certificados em Fashion Law pela Fordham University, NY, e em Estudos Críticos pela École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. É pesquisadora integrante do Moda e Decolonialidade: Encruzilhadas do Sul Global associado ao grupo de pesquisa Direitos Humanos, Cultura e Identidade – DiHCI (Cnpq), linha de pesquisa Raça, Gênero e Opressão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. E parte da coordenação do Research Collective for Decolonial Fashion. Em 2019, participou da organização da conferência na universidade de Oxford, na Inglaterra, sobre “Racialização e Publicidade na África e Africanos na Diáspora”, e publicou testemunho etnográfico na revista Transversos (UERJ) no especial “Reflexões sobre e de Angola, Inscrevendo saberes e pensamentos artigos publicados”. Em 2018, publicou na Iberic@I: Revue d’études ibériques et ibéro, Centre de Recherches Interdisciplinaires sur les Mondes Ibériques Contemporains, Sorbonne Université, Paris. E, em 2015 na Revista Antropología del Cuerpo, Universidad de Salamanca, Spain. É editora-chefe da revista Párrafo: Art, Culture and Literature, UCLA, edição The OnScreen. Escritora responsável pelos capítulos da história do figurino e figurinistas brasileiros na enciclopédia inglesa de Film and TV Costume Design, Bloomsbury – Visual Arts.

ROSENI PINHEIRO

Devolutivas da Pesquisa: questões sobre a inclusão do pesquisado e a responsabilidade do pesquisador.

Doutora em Saúde Coletiva (IMS-UERJ). Professora Associada do IMS/UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq LAPPIS. Coordenadora do DINTER CAPES- IMS-UERJ/UEA 2014-2019. Coordenadora da Biblioteca Virtual Integralidade Saúde BIREME/PAHO/OPAS/OMS. Áreas de interesse: cuidado em Saúde, integralidade do cuidado, direitos humanos e saúde, gestão em saúde, cultura política, controle social.

MAX RUBEN RAMOS

Notas sobre etnografia em casa: nesta apresentação procuro refletir, em linhas bem gerais, sobre a pesquisa e a produção de conhecimento em casa ou a partir de casa.

Abordarei também as implicações da naturalização de noção de «campo» e o processo de racialização e hierarquização de «lugares» antropológicos que a acompanha.

Max Ruben Ramos é licenciado em Antropologia pela Universidade de Coimbra e obteve o seu mestrado e doutoramento em Antropologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Entre 2017 e 2018 foi investigador de pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no âmbito do projecto “Countering Islamophobia through the development of best practices in the use of counter-narratives in EU Member States”, financiado pela Comissão Europeia (Direcção-Geral de Justiça). Participou como membro colaborador no projecto “A invisibilidade da morte em populações imigrantes em Portugal: vulnerabilidade e gestões transnacionais”, financiado pela FCT (PDT/CS-ANT/102862/2008), no CRIA - NOVA FCSH. Tem desenvolvido a sua pesquisa em Cabo Verde e Portugal. É atualmente investigador colaborador no CRIA – NOVA FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.

SHENIA KARLSSON

Esta apresentação propõe uma breve reflexão sobre o papel do psicólogo clínico e ativista antirracista em uma pesquisa qualitativa participativa assim como as questões metodológicas e seus desafios, e sobretudo, no que diz respeito a suposta “neutralidade” do pesquisador no fazer acadêmico.

Em minha experiência como psicóloga clínica especialista no atendimento a comunidade negra brasileira, e posteriormente a comunidade negra europeia e africana, deparei-me com alguns impasses, o de produzir um discurso acadêmico que dialogasse com a minha práxis psicológica e o contexto social ao qual hoje eu estou inserida. Enquanto mulher negra e ativista antirracista, encontrei resistência na academia sobre minha neutralidade enquanto pesquisadora, visto que é uma experiência ao qual tenho aproximação. Sendo assim, é relevante pensarmos na existência de um “sujeito pesquisador”?

Nas últimas décadas presenciamos um crescente interesse nos campos das ciências sociais em temáticas que discutam questões étnico-raciais, historicamente distorcidas e/ou negligenciadas por epistemologias eurocêntricas. Entretanto, pesquisadores negros, especialmente em Portugal ainda são minoria tanto no corpo docente quanto em números de pesquisadores.

O saber psicológico, tradicionalmente, construiu-se através do discurso biológico tendo como base a dicotomia raça superior e raça inferior. Contudo o cenário mudou, e hoje, diversos campos das ciências sociais e políticas apresentam posições críticas, e conseqüentemente o conceito de raça assumiu-se com dimensões social/política/psicológica que demarca o poder de um grupo racial dominante. Reconhecemos que o racismo atua de forma estrutural nas sociedades e produz discursos e subjetividades. Já alguns campos da psicologia e a psicanálise direcionam a

atenção aos efeitos subjetivos e na produção de sofrimento psíquico oriundos do racismo e da discriminação racial. Esse é o meu interesse enquanto pesquisadora.

Outra mudança foi o olhar sobre o sujeito da pesquisa. Antes tratados meramente como “objetos de estudo” pelo pesquisador, numa lógica paternalista colonialista, esses assumem um lugar relevante, sujeito da própria experiência, colaborativo e ativo na construção da pesquisa. Para tanto iremos propor aqui um diálogo entre a Teoria Crítica e as Metodologias de Investigação Antirracista a fim de contornar a função do sujeito de pesquisa dentro dessas duas perspectivas.

A Teoria Crítica propõe uma aproximação entre sujeito da pesquisa e pesquisador, este último, deve persistir em compreender de qual lugar social o sujeito da pesquisa fala e comprometer-se em diagnosticar as transformações sociais de seu tempo e ainda como a experiência da pesquisa pode ser parte de um processo emancipatório de sujeitos que sofrem inúmeras opressões.

A Metodologia de Investigação Antirracista tem como um dos pressupostos principais a colaboração mútua entre pesquisador e seus sujeitos da pesquisa, esses últimos senhores se suas próprias vivências, construtores de saberes, conhecimento e teoria. A teoria estruturada alia-se a experiência vivida e nunca se opõem.

Vale ressaltar que, numa investigação onde os sujeitos são ativistas, devemos reconhecê-los como agentes políticos, com grau elevado de consciência racial e de si, com conhecimento profundo sobre a estrutura política e social da sociedade e seu relevante papel na comunidade ao qual pertence e defende.

Essa investigação no âmbito dos Estudos Africanos, em termos metodológicos, pretende de alguma forma aproximar o diálogo com a psicologia social e uma prática clínica psicológica já existente. A partir disto, surgem vários questionamentos: como pensar metodologias qualitativas que possam de alguma forma negociar com o rigor acadêmico? Quais metodologias são mais efetivas numa pesquisa em que se aborda o racismo? É possível uma pesquisadora negra abordar o racismo e não ser acusada de “senso comum”? Como pensarmos na figura do pesquisador como “sujeito pesquisador”? Como a co-produção de conhecimento entre “sujeito da pesquisa” e “sujeito pesquisador” encontra espaço nesse contexto?

Shenia Karlsson é Psicóloga e Mestranda em Estudos Africanos no ISCSP-Instituto de Ciência Sociais e Políticas Universidade de Lisboa.

INÊS VIEIRA

Etnodrama, entre pesquisa etnográfica e escrita teatral: Segundo Johnny Saldaña (2003: 219), o etnodrama é o resultado da escrita de uma peça teatral a partir de informação

recolhida num processo de investigação qualitativa, possibilitando que a história dos participantes na investigação possa ser contada a um público de forma vívida, credível e persuasiva. Para tal é necessário criar uma experiência de entretenimento para uma audiência, a qual deve ser informativa, esteticamente apelativa, intelectualmente rica e emocionalmente evocativa (idem, p. 220). A emergência desta forma de escrever teatro e pesquisa etnográfica deriva do desenvolvimento de ambos os campos. No campo teatral destaca-se, sobretudo com Erwin Piscator, a construção dramatúrgica a partir de dramas sociais e políticos, com recurso a fontes documentais da realidade sociocultural, rejeitando uma postura neutra do teatro face aos problemas sociopolíticos da época. Com Piscator a importância da ficção foi relativizada face às forças vivas que podiam ser levadas a palco, dando as bases para uma nova escrita teatral que incluísse documentos e fontes directas sobre determinada situação, bem como a introdução de comentários através de um narrador e de materiais físicos, por exemplo de imagens sobre a realidade social retratada; face à intenção persuasiva da sua construção dramática, complexifica-se a cenografia e podem realizar-se diferentes cenas em simultâneo, por forma a salientar condições sociais ou ideias/conceitos que se querem ver reflectidos (Salgado, 2013: 33-34). Esta base de construção dramatúrgica evoluiu para o campo do etnoteatro contemporâneo, fortalecido como lugar de crítica, contestação política e social bem como de imaginação de mundos alternativos, ampliando-se a voz (e, assim, o poder) dos interlocutores no processo de pesquisa e criação (Salgado, 2013). Na antropologia, disciplina que enquadra por excelência as abordagens metodológicas etnográficas, o teatro começa a ser estudado enquanto ritual, “performance tradicional” e mais tarde “performance cultural”, instituição social que transporta e difunde um sistema simbólico (D’Onofrio, 2018: 1). É sobretudo com a crítica pós-colonial à antropologia que se passa a olhar para o teatro como lugar de crítica e contestação política e social, bem como lugar de co-construção de conhecimento (entre investigadores, artistas e interlocutores do processo de pesquisa e criação) e devolução performativa para lá da escrita. A crítica pós-colonial da antropologia pode inscrever-se, de forma mais geral, na crise de representação. Reconhece-se que a realidade é lida, num processo através do qual um sujeito historicamente situado dá sentido à forma como a sua cultura se representa e produz imagens sobre a realidade; essa leitura deixa de ser encarada de forma natural e inocente, deixando de ser possível descodificar as representações da realidade através de um consenso partilhado sobre a sua natureza (Ebert, 1986: 894). Esta crise de representação vê-se reflectida na antropologia (Clifford e Marcus, 1986) e tem como consequência a problematização dos métodos, géneros e formas de comunicar a pesquisa etnográfica. Para Fawzia Afzal-Khan, pensar especificamente numa antropologia do teatro pós-colonial requer uma mudança para o processo teatral, analisando-se a investigação sobre performance e performatividade em contextos coloniais e pós-coloniais (por forma a compreender o seu papel activo para representar e resistir às ideologias imperiais) e aprofundando os conceitos de tempo, mudança e agência humana num teatro que se vê como prática estética e prática social (in D’Onofrio, 2018: 4). O foco na prática de fazer teatro desloca-nos assim da observação do “outro” enquanto sujeito estático e permite compreender o significado social como recriação

constante, dinâmica e muitas vezes conflitual (idem). Mais recentemente pode considerar-se a evolução da etnografia da performance para a etnografia performada, particularmente com a apresentação dos resultados de investigação qualitativa através do etnodrama. Esta modalidade permite, para lá da crítica às narrativas de verdade na produção de conhecimento, o desenvolvimento de outras formas legitimadas de investigar, conhecer e representar (D’Onofrio, 2018: 6-8). Reconhecem-se os limites da objectividade, da dominação opressiva da palavra escrita e do efeito colonizador que pode surgir quando as pessoas são encaradas como objecto de investigação (idem). A performance teatral com base etnográfica propõe-se como forma legítima e eticamente reflectida de qualificar o encontro etnográfico com um sujeito “outro”, respondendo à crise de representação através de uma forma de conhecer que implica a empatia e a utilização profunda do corpo (Conquergood in D’Onofrio, 2018: 7). Esta reflexão foi suscitada a partir do trabalho de documentação e apoio à dramaturgia do projecto de teatro documental “Próximo”, com encenação de Susana C. Gaspar e produção Chão de Oliva, Companhia de Teatro de Sintra (2018/19). Nos guiões que resultaram das residências de pesquisa e criação artística do projecto teatral “Próximo” procurou-se captar e devolver a Sintra um breve retrato da experiência de pesquisa e criação teatral em três dos seus territórios — Tapada das Mercês, São João das Lampas e Assafora, e centro histórico de Sintra.

Inês Vieira é Investigadora em ciências sociais e educadora, com doutoramento em Ecologia Humana (NOVA FCSH), mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos (NOVA FCSH) e licenciatura em Educação de Infância (ESE/P.Porto). Desenvolveu actividades de investigação e gestão de ciência em projectos nacionais e europeus sobre mobilidades e migrações, ambiente e território, educação e diversidade social. Investigadora integrada no CICS.NOVA — Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, NOVA FCSH.

MAÍRA ZENUN

Gostaria de sugerir a metodologia auto etnográfica, ou “escrevivência” (EVARISTO, 2006), como tópico para a discussão, por ser um tipo de abordagem durante o trabalho de campo que resulta e é produto de lembranças, experiências e heranças culturais cravadas na pessoa que pesquisa, e que possuem origem na história do contingente populacional ao qual essa mesma pessoa faz parte. São situações experienciadas, que servem como ponto de partida para qualquer escrita. E, como tal, trata-se de um tipo de prática/procedimento decolonial, por levar em conta não só tudo o que se é vivenciado durante a pesquisa, mas também no que diz respeito ao cotidiano, às memórias e ao habitus que definem o sujeito que pesquisa.

Doutora em Sociologia da Cultura pela Universidade Federal de Goiás, com a tese "A Cidade e o Cinema [Negro]: o caso FESPACO". Mestre em Sociologia da Cultura, pela Universidade de Brasília, com a dissertação "Os intelectuais na terra de Vera Cruz: cinema, identidade e modernidade" e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Desde 2007, desenvolve trabalho com imagens, performances e textos poéticos, expostos em coleções privadas, publicações impressas e virtuais. Como investigadora e produtora de imagens, possui participação nos seguintes grupos de pesquisa vinculados ao CNPQ (Conselho Nacional Científico e Tecnológico/Brasil): TRANSE (Núcleo Transdisciplinar de Estudos sobre a Performance), Universidade de Brasília, entre 2010 e 2015; FICINE (Fórum Itinerante de Cinema Negro), a partir de 2014; e Memória, Arte e Alteridade, Universidade Federal do Tocantins, desde 2020. No ano de 2015, realizou com a Profa. Dra. Catarina Alves Costa, estágio sanduíche (PDSE/CAPES), e esteve vinculada ao CRIA (Centro em Rede de Investigação em Antropologia), na Universidade Nova de Lisboa (UNL). Atua como educadora, nas áreas de sociologia e imagens. Coordena e faz a curadoria de mostras de cinemas africanos e afrodiáspóricos. Possui publicações e participação em diversos eventos nas áreas de Ciências Sociais/Humanas, Artes Visuais, Arteducação, Cinema, Fotografia e Performance.

LUIZ ADRIANO DAMINELLO

As características da "antropologia fílmica" (France, 2000) permitem maiores possibilidades polifônicas do que a etnografia escrita. É mais fácil elaborar uma descrição etnográfica envolvendo múltiplas vozes através de um filme etnográfico - considerando que a fala é um domínio de todos os seres humanos - do que através da escrita elaborada, já que esta não é ferramenta cuja utilização é possível a qualquer ser humano. Mas, mesmo havendo a participação dos informantes na narrativa, os relatos estiveram sempre sujeitos às distorções, produzindo uma caricatura do real. É o que a cineasta e professora vietnamita Trinh T. Minh-ha irá chamar de "etnoverdade", uma verdade que se tenta produzir através de fotogramas, a partir de um ponto de vista de uma cultura específica, de certa maneira deslegitimando o filme etnográfico como documento científico (Rebollo, 2002, p. 207). Por outro lado, a autoria da mise-en-scène - procedimento que envolve, além da movimentação dos personagens, o posicionamento, o enquadramento e o movimento da câmera em relação ao objeto filmado - permaneceu ainda como narrativa de autoria exclusiva dos realizadores, em geral, gente de fora da comunidade que está sendo investigada. Os próximos passos da antropologia audiovisual, na busca de uma imagem não colonizadora, foram os projetos e pesquisas que pretenderam transferir a autoria da realização audiovisual ao "outro" retratado. Tiveram início então, a partir dos anos setenta, algumas experiências com o intuito de fazer uma etnografia de dentro para fora. Uma autoetnografia que utilizava o processo etnográfico como um mecanismo de autorrepresentação, sendo que um dos exemplos mais conhecidos é o de Sol Worth e John Adair junto aos Navajo da América do Norte. Eles forneceram equipamentos e instruções que permitiam que os Navajos produzissem sua própria visão do mundo e de si mesmos (Gonçalves, 2016). Desde então, inúmeros projetos tiveram como intento o ensino do audiovisual para populações que estavam fora do sistema produtivo das imagens, tentando capacitá-los para o protagonismo da realização audiovisual. As temáticas, em formato de documentário ou ficção, que privilegiam as tradições culturais, do cultivo à coleta de alimentos e medicamentos, das

engenharias das construções para moradia, para cultos religiosos, para fins produtivos, para meios de transporte às formas de festividade e religiosidade, com danças, músicas e fantasias, passam a ser objeto de observação e representação daqueles que estarão presentes nas imagens dos filmes. O nível de desenvolvimento tecnológico da atualidade criou uma nova condição: o acesso aos produtos audiovisuais tornou-se disponível à quase totalidade das populações, chegando aos mais longínquos cantos do mundo através de redes de transmissão que não enfrentam barreiras. E com o advento da maior capacidade de filmagem dos celulares, também se amplia rapidamente o acesso à produção de conteúdo. Isso permite o afloramento de uma narrativa visual "folk" que possa ter tal independência criativa que minimize a adoção instantânea de padrões eurocêntricos pré-estabelecidos. Claudine de France (2000) considera haver, entre as inúmeras atitudes metodológicas possíveis, duas tendências opostas no filme etnográfico - os filmes de exposição, que pressupõem procedimentos extra-cinematográficos, e os filmes de exploração, que utilizam o cinema como metodologia de pesquisa e exploração. Levando em conta essas considerações metodológicas, propõe-se o discutir a etnografia fílmica do filme de exploração como registro e interpretação de eventos culturais. Como adotar os procedimentos do "cinema verdade", que não apenas registra acontecimentos do "mundo real", mas faz surgir pelo método cinematográfico o processo de uma realidade criada para a câmera.

Luiz Adriano Daminello é Doutorando em Estudos Culturais e Multimeios no ICS/UMINHO em Braga/Portugal e IAR/UNICAMP), Campinas/Brasil. Investigação sobre Culturas em Viagem entre Península Ibérica, Áfricas e Brasil. Identidades, memórias, tradições e transculturalidades. Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Multimeios, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. Graduação: Curso de Comunicação Social. Bacharelado em Cinema. Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. ATUAÇÃO Cineasta desde os anos 1980 e Professor Universitário desde 2004, atualmente professor e pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA), e parecerista de projetos audiovisuais do Ministério da Cultura. PRINCIPAIS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS Direção, fotografia, roteiro e edição de projetos como a série em formato documentário MÁRIO E A MISSÃO (2004), sobre pesquisas do escritor Mario de Andrade sobre Cultura Popular. Direção, fotografia e roteiro do Documentário FLORESTA ENCENA (2016) sobre processo educacional em comunidade ribeirinha na Floresta Amazônica.

DORA REBELO

A colaboração com comunidades subalternizadas, expostas à violência estrutural das instituições e das leis de migração estipuladas pelos Estados Nação, reveste-se de grande complexidade. Por um lado, é um trabalho que exige uma revisão constante da própria posicionalidade do investigador, por outro, exige uma distância crítica face às alianças deslocadas que por vezes são assumidas pelos interlocutores. Assim, proponho uma reflexão sobre métodos de investigação colaborativa que coloquem a ênfase no ativismo, na desconstrução e questionamento de categorias de poder, hierarquia e privilégio, e na

relação destas práticas com uma academia que é, ela também, reprodutora de hierarquias e discursos hegemónicos de produção científica.

Dora Rebelo é Psicóloga, consultora em projetos de saúde mental comunitária e doutoranda em Antropologia, fazendo investigação sobre mobilidade e solidariedade informal, com foco particular no asilo/refugiados. Ao longo do doutoramento fez trabalho de terreno engajado, como ativista e voluntária, em diversos projetos de solidariedade informal com requerentes de asilo e refugiados.

REFERÊNCIAS RECOMENDADAS PELOS PARTICIPANTES

ANDREWS, H. et al. (eds.) 2019. *Tourism Ethnographies: Ethics, Methods, Application and Reflexivity*. London: Routledge.

APPADURAI, Arjun. (2014). *The Social Life of Things. Commodities in Cultural Perspective*. New York. Cambridge University Press.

ARNSTEIN, Sherry R. (1969). A Ladder of Citizen Participation. *JAIP*, Vol. 35, No. 4, July, pp. 216-224.

BISSELL, W. C. (2005). Engaging Colonial Nostalgia. *Cultural Anthropology*, 20(2), 215–248. <https://doi.org/10.1525/can.2005.20.2.215>

CARVALHO, Ana, e Roberto Falanga. (2016). Da democratização das formas de governação na política à partilha de autoridade no campo dos museus e do património. Pp. 29-44 (163) em *Participação: partilhando a responsabilidade*. s/local: Acesso Cultura.

CHEVALIER, J. & BUCKLES, D. 2019. *Participatory Action Research: Theory and Methods for Engaged Inquiry*. 2nd ed. London: Routledge.

CLIFFORD, J. (1997). *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press.

D'ONOFRIO, Alexandra (2018). Anthropology and Theatre, in Callan, Hillary (Ed.) *The International Encyclopedia of Anthropology*, John Wiley & Sons.

EVARISTO, Conceição. (2006). *Becos da memória*. Belo Horizonte: Mazza Edições.

FRANCE, C. (2000). *Do filme etnográfico à antropologia fílmica*. Campinas: Editora Unicamp.

GERALD, D. (1993) The Development Of Social Representation of Gender, *Papers on Social Representations - Textes sur les Représentations Sociales* (1021-5573) Vol. 2 (3), 1-177.

GINSBURG, F. (1995). Mediating Culture: Indigenous Media, Ethnographic Film, and the Production of Identity. In L. Deveraux, & R. Hillman (Eds.), *Fields of Vision: Essays in Film Studies, Visual Anthropology and Photography* (pp. 256-290). University of California Press.

HACKING, I. (2005). Why race still matters. *Deadalus*, 102–116.
<https://www.jstor.org/stable/20027965?seq=1>

GOUVEIA, Pedro Homem de. (2016). Dez ideias feitas sobre participação. Pp. 83-90 (163) em *Participação: partilhando a responsabilidade*. s/local: Acesso Cultura.

JACOBS, Jane. *The death and life of great American cities*. New York: Random

House, 1961.

HARVEY, David. (2008). O Direito à Cidade. *Lutas Sociais* 29:73–89.

JONES, S. H.; ADAMS, T. E.; ELLIS, C.; OLIVEIRA, M. A. O.; JARAMILLO, N. J.

Handbook of autoethnography. (Coleção *Queer*). Left Coast Press, Walnut Creek, 2013.

KILOMBA, Grada. (2016). *Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance*.

Trad. de Jessica Oliveira de Jesus. *Cadernos de Literatura em Tradução*, Brasil, n. 16, maio.

São Paulo. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ct/article/view/115286/112968>.

Acesso em: 15 maio 2017.

KILOMBA, G. (2019). *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Quotidiano* (1ª edição). Orfeu Negro.

MARCUS, George. (1995). *Ethnography in/of World System. The emergence of multi-sited ethnography*. *Annual Review of Anthropology*. Vol. 24, pp. 95-117.

MOSCOVICI, S. (2003) *Representações sociais: Investigação em psicologia social*, 5ªed, Petrópolis: Editora Vozes.

OSÓRIO, C. (2013) *Género e Democracia: as eleições de 2009 em Moçambique*, WLSA, Maputo.

PINHEIRO, Roseni, CECCIM, Ricardo Burg, MATTOS, Ruben Araújo. (2006). *Ensinar saúde:*

a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde / Roseni Pinheiro,

Ricardo Burg Ceccim e Ruben Araujo de Mattos, organizadores. 2. ed. – Rio de Janeiro:

IMS/UERJ: CEPESC: ABRASCO, 2006. 336 p. ISBN 85-9737-35-7. Disponível em:

<https://lappis.org.br/site/ensinar-saude-integralidade-e-o-sus-nos-cursos-de-graduacaona-area-da-saude/4645>

PINHEIRO, Roseni, HEBERT DA SILVA, Fabio. (2014), *Pesquisa e Práticas de Apoio*

Institucional: um ensaio sobre os nexos axiológicos e epistêmicos entre Integralidade,

Humanização e Formação na saúde. Saúde & Transformação Social / Health & Social

Change, Vol. 5, núm.2, pp.11-19 [Consultado: 31 de Agosto de 2020]. ISSN: . Disponível em :

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=2653/265332630003>

PINHEIRO, Roseni, MARTINS, Paulo Henrique. (2009). *Avaliação em saúde na perspectiva*

do usuário: abordagem multicêntrica / Roseni Pinheiro, Paulo Henrique Novaes Martins,

organizadores. – Rio de Janeiro: CEPESC / IMS-UERJ; Recife: Editora Universitária UFPE;

São Paulo: ABRASCO, 2009. 376 p. ISBN: 978-85-89737-51-7. Disponível em:

<https://lappis.org.br/site/avaliacao-em-saude-na-perspectiva-do-usuario-abordagemmulticentrica/4699>

PRANDINI, Paola. *A cor na voz: identidade étnico-racial, educomunicação e histórias de vida*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

PRANDINI, Paola D. *Branquitude em cena: olhares em torno do filme Praça Paris*.

Disponível em: <https://rebeca.socine.org.br/1/article/view/547>

QUIJANO, Anibal. (2005). *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*.

Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales.

REBELO, Dora; ABDULLAH, Ahmed & HUSSEIN, Mubarak (2020). *Solidarity with refugees*

in Portugal: A collaborative research, *Community Psychology in Global Perspective*, Vol 6

(1), 2020; acessível em:<http://siba-ese.unisalento.it/index.php/cpgp/article/view/20471>

SALDAÑA, Johnny (2003). Dramatizing data: a primer. *Qualitative Inquiry*, 9 (2), p. 218-236.

SALGADO, Ricardo Seiza (2013). Etnoteatro como performance da etnografia: estudo de caso num grupo de teatro universitário português. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 1, p. 31-52.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1987.

SPIVAK, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG.

TRICKETT, E., & BEEHLER, S. (2017). Participatory action research and impact: an ecological ripples perspective, *Educational Action Research*.

doi:10.1080/09650792.2017.1299025

VACCHIANO, F. (2018). On marginal inclusion: refugees at the fringes of citizenship in Portugal, ICS (Lisbon); acessível em:

https://www.academia.edu/37594102/On_marginal_inclusion_refugees_at_the_fringes_of_citizenship_in_Portugal

WALLACE, T. (ed.) 2008. *Tourism and Applied Anthropologists: Linking Theory and Practice*. New York: Wiley.